DocuSign Envelope ID: 3F13A38B-035D-4FC0-BDD9-3E8C5442E566

Tópico Locações de Galpões e Equipamentos para Indústrias S.A.

CNPJ/MF Nº 08.259.544/0001-84

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Em milhares de Reais

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A receita líquida da Tópico atingiu R$ 165,0 milhões em 2021, gerando um crescimento de 17,0% em relação ao ano anterior. O EBITDA alcançou R$ 70,8 milhões, um aumento de 5,5% em relação ao ano anterior e 42,9% de margem líquida. Os melhores resultados de 2021 são explicados, principalmente, pelo crescimento da base instalada locada e, consequentemente, maior receita no período.

O ano de 2021 foi um ano importante para a Cia, que teve o fechamento de um dos maiores contratos de sua história, com a empresa Vale, com a locação de 146 mil metros quadrados para o próximo ano.

Apesar dos efeitos persistentes do COVID-19 no Brasil, a Companhia reforçou seu posicionamento de liderança no mercado brasileiro apresentando um crescimento relevante.

Mais uma vez, agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e comprometimento e aos nossos clientes, investidores, acionistas, fornecedores e demais parceiros de negócios pela confiança nos nossos planos.

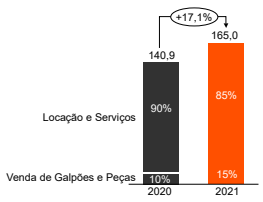
Tabela 1 | Principais Indicadores de Resultados

(R$ milhoes)	2021	2020	” %
Base Instalada (‘000 m²)	1.568	1.460	7,3%
Receita Operacional Líquida	165,0	141,0	17,1%
EBITDA	70,8	67,1	5,5%
Margem EBITDA (%)	42,9%	47,6%	-4,7p.p.
Lucro Líquido	17,3	23,4	-25,8%
Margem Líquida (%)	10,5%	16,6%	-6,1p.p.
Dívida Líquida	143,8	76,8	87,3%
Dívida Líquida/EBITDA LTM (x)	2,0x	1,1x	0,9x

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita operacional líquida atingiu R$ 165,0 milhões em 2021, um crescimento de 17,1% em relação ao ano anterior.

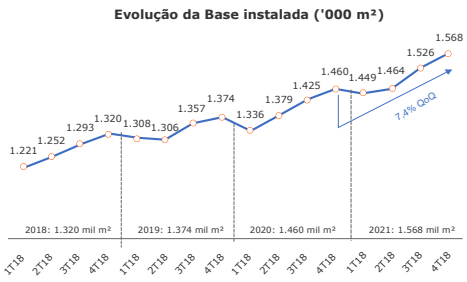
Figura 1 | Evolução Receita Operacional Líquida



O aumento da receita é reflexo, principalmente, do crescimento da base instalada locada e do alto volume de vendas realizadas ao longo de 2021, com fechamento de grandes contratos.

BASE INSTALADA

Em 2021, a base instalada da Tópico aumentou 7,4%, em relação ao ano anterior, atingindo 1.568 mil m².

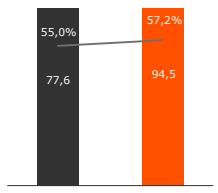


O crescimento da base instalada da Tópico é resultado de um plano estratégico elaborado para atender às demandas de mercado em diversos setores e regiões. A maior concentração de base está situada nas regiões Sudeste e Sul, correspondendo a, aproximadamente, 77% dos metros locados.

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS (CPV)

O CPV somou R$ 94,5 milhões em 2021, um aumento de 21,7% em relação ao período anterior. O CPV representou 57,2% da receita operacional líquida no ano e 55,1% em 2020.

Figura 2 | Evolução do Custo dos Produtos Vendidos (R$ milhões) (% sobre a Receita Líquida)

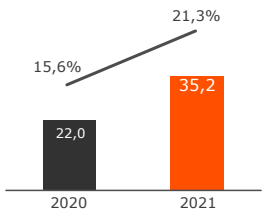


O aumento do CPV ocorre devido ao crescimento da base instalada, principalmente em função das vendas registradas no último trimestre do exercício.

DESPESAS DE VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS

O ano de 2021 foi impactado pelo aumento de *headcount* para posições ligadas aos times financeiro, relação com investidores, jurídico, tecnologia da informação e por despesas relacionadas a consultorias externas.

Figura 3 | SG&A (R$ milhões) % em relação a RL



Salários e Encargos
As despesas com salários e encargos somaram R$ 17,2 milhões em 2021 e R$ 15,3 milhões em 2020.

Consultorias e Assessorias
As despesas com consultorias e assessorias somaram R$ 11,3 milhão em 2021 e R$ 1,6 milhão em 2020. Os valores estão relacionados aos gastos com IPO considerados em dezembro/21.

RESULTADO FINANCEIRO

Receitas Financeiras
As receitas financeiras somaram R$ 2,9 milhões em 2021 e R$ 1,5 milhão em 2020, representando 1,8% e 1,1% da receita líquida, respectivamente.

Despesas Financeiras
As despesas financeiras somaram R$ 16,9 milhões no final de 2021 e R$ 9,3 milhões no final de 2020, um aumento de 82,1%, representando 10,2% e 6,6% da receita líquida, respectivamente.

Resultado Financeiro Líquido
O resultado financeiro líquido totalizou R$ 14,0 milhões negativos em 2021 contra R$ 7,7 milhões negativos em 2020, representando 8,5% e 5,5% da receita líquida, respectivamente.

EBITDA

Tabela 2Composição do EBITDA

EBITDA (R$ milhões)	2021	2020	” %
Receita Operacional Líquida	165,0	141,0	17,1%
Lucro do Período	17,3	23,4	-25,7%
(+) Despesa IR e CS - Corrente e Diferido	7,7	9,8	-21,4%
(-) Receitas Financeiras	(2,9)	(1,5)	89,7%
(+) Despesas Financeiras	16,9	9,3	82,1%
(+) Depreciações e Amortizações	31,8	26,2	21,4%
Margem EBITDA	42,9%	47,6%	-4,7p.p.
EBITDA	**70,8**	**67,1**	**5,5%**

O EBITDA alcançou, em 2021, R$ 70,8 milhões, um aumento de 5,5% em relação ao exercício anterior e 42,9 % de margem líquida. O maior resultado é explicado, principalmente, pelo crescimento da base instalada, aumento de receita que compensa o aumento considerável nos custos de matéria prima, fretes e combustíveis.

LUCRO LÍQUIDO

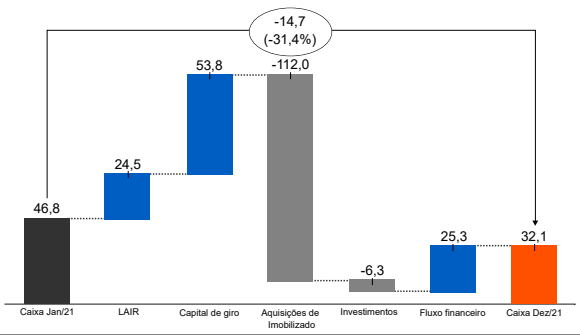
O lucro líquido alcançou, em 2021, R$ 17,3 milhões, com 10,5% de margem líquida, contra R$ 23,4 milhões em 2020, com 16,6% de margem líquida. O resultado menor em 2021 refere-se, principalmente, ao crescimento da base instalada locada e, consequentemente, maiores custos operacionais, aumento considerável nos custos de matéria prima, fretes, combustíveis e resultados financeiros, com pagamento de amortizações de dívidas.

FLUXO DE CAIXA

Em 2021 a geração operacional de caixa foi positiva, porém impactada pelo maior Capex no período devido ao aumento de metros quadrados locados e novas captações de financiamentos.

A Companhia encerrou o exercício de 2021 com um saldo de R$ 32,1, posição de caixa 31,3% menor que o saldo ao final de 2020 que foi de R$ 46,8.

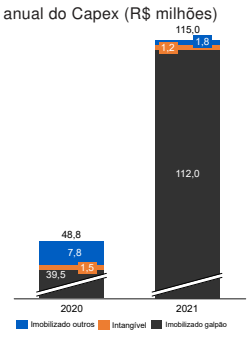
Figura 4 | Fluxo de Caixa (R$ milhões)



INVESTIMENTOS (CAPEX)

O Capex da Companhia apresentado, refere-se à atividade de expansão da base de ativos produzidos e utilizados para montagem de galpões para locação, bem como os sucessivos aumentos na principal matéria prima, o aço, incorridos desde o segundo semestre de 2020.

Figura 5 | Evolução anual do Capex (R$ milhões)



DISPONIBILIDADE E ENDIVIDAMENTO

Tabela 3 | Disponibilidade e Endividamento

Endividamento (R$ milhões)	2021	% Total	2020	% Total
Empréstimos Curto Prazo	45,8	26%	12,1	10%
Empréstimos Longo Prazo	130,2	74%	111,4	90%
Endividamento Total	176,0	100%	123,5	100%
Disponibilidades	32,1		46,8	
Endividamento Líquido	**143,8**		**76,8**	

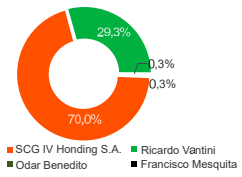
A Companhia reforçou o caixa com captações a título de capital de giro que somaram R$ 60,2 milhões em 2021 (R$ 20 milhões em junho e R$ 40,2 milhões em agosto). O objetivo deste reforço de caixa é de sustentar o crescimento de base instalada e de capex de expansão. A relação entre dívida líquida e EBITDA LTM atingiu 2,0x em 2021, contra 1,1x em 2020. Nossa estrutura de capital manteve-se sólida e controlada.

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Nos termos do Estatuto Social, do lucro líquido auferido no exercício, após a compensação dos prejuízos acumulados, 5% são aplicados na constituição da reserva legal, até que seu montante atinja 20% do capital social, e 1% são destinados à distribuição do dividendo mínimo obrigatório. No exercício de 2021 a Companhia fez a distribuição de dividendos no montante de R$ 15,7 de dividendos (R$ 6,5 em 2020), previstos e aprovados em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas.

ESTRUTURA ACIONÁRIA

Figura 6 | Quantidade Total de Ações: 57.377.892



GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia vem aprimorando suas práticas de governança corporativa na condução de seus negócios, para gerar ainda mais valor aos acionistas e demais partes interessadas. A Tópico iniciou processo de atualização e aprimoramento de suas práticas de governança corporativa em 2020 e atualmente tem o mais alto padrão de transparência e ética, materializado por meio de suas políticas, disponíveis para o acesso de todos os colaboradores, administradores e acionistas, e do comprometimento da administração com uma gestão eficiente e alicerçada primordialmente no respeito aos controles internos e na observância às melhores práticas. O Conselho de Administração (CA) é apoiado pela Diretoria Estatutária.

Conselho de Administração
Atualmente, a composição do Conselho de Administração é de sete membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição. O Conselho de Administração é o mais alto órgão de governança, responsável pela estratégia de planejamento de longo prazo e pela supervisão do desempenho dos diretores. Reúnem-se trimestralmente ordinariamente ou, extraordinariamente, sempre que necessário. O presidente e o vice-presidente do Conselho de Administração são escolhidos pelo próprio órgão.

Comitê de Auditoria / Auditoria Interna
O Conselho fiscal é composto por três membros, eleitos pela Assembleia Geral. O Conselho Fiscal não foi instituído para este exercício.

Diretoria Estatutária
De acordo com o Estatuto Social, a Diretoria Estatutária é composta por, no mínimo, dois e, no máximo, dez membros, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato unificado de dois anos, permitida a reeleição, sendo um Diretor Presidente, e demais Diretores sem designação específica e competência estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Vale destacar que um mesmo Diretor poderá, a critério do Conselho de Administração, acumular duas ou mais Diretorias da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021 era a seguinte a composição do conselho e da diretoria estatutária.

Balanços Patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em milhares de reais - R$)

Ativo Circulante	Nota	2021	2020	Passivo Circulante	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	7	32.135	46.774	Empréstimos e debêntures	13	45.818	12.132
Contas a receber de clientes	8	24.466	25.185	Passivos de arrendamentos	12	4.215	1.680
Estoques	9	26.848	11.544	Fornecedores e outras contas a pagar	14	32.107	5.299
Impostos a recuperar	10a	9.804	1.012	Dividendos a pagar	18f	165	222
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10b	-	1.554	Adiantamento de clientes		487	1.253
				Salários e provisões trabalhistas		7.227	5.769
Despesas pagas antecipadamente		5.553	1.554	Obrigações fiscais e trabalhistas	15	1.955	2.355
Outras contas a receber		2.623	1.564	Imposto de renda e contribuição social	15a	1.539	-
Total do ativo circulante		**101.429**	**89.187**	**Total do passivo circulante**		**93.513**	**28.710**
Não Circulante				**Não circulante**			
Impostos a recuperar	10a	1.159	-	Empréstimos e debêntures	13	130.166	111.413
Depósitos judiciais e cauções	17	494	501	Passivos de arrendamentos	12	5.526	4.195
Outras contas a receber	17	900	1.675	Provisão para demandas judiciais	17	1.744	2.207
Impostos diferidos ativo	16	30.365	31.823	**Total do passivo não circulante**		**137.436**	**117.815**
Total do realizável a longo prazo		**32.918**	**33.999**	Capital social	18a	57.378	57.378
Imobilizado	11	227.427	153.123	Ajustes de avaliação patrimonial	18b	14.339	19.469
Intangível		3.080	2.396	Reserva legal	18c	4.438	3.571
Total do ativo não circulante		**263.425**	**189.518**	Reserva de lucros		57.750	51.762
				Patrimônio líquido		**133.905**	**132.180**
Total do ativo		**364.854**	**278.705**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**364.854**	**278.705**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R$)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros	Reserva legal	Reserva especial de ágio	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultado do exercício	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019		**57.378**	**27.481**	**2.402**	**2.554**	**25.518**	**-**	**115.333**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	23.383	23.383
Reserva legal		-	-	1.169	-	-	(1.169)	-
Realização de avaliação patrimonial por depreciação do imobilizado, líquida de efeitos tributários	18 b	-	6.049	-	-	(6.049)	-	-
Realização da reserva especial de ágio	18 e	-	2.554	-	(2.554)	-	-	-
Transferência para reserva de lucros	18 d	-	22.214	-	-	-	(22.214)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	18 f	-	(6.536)	-	-	-	-	(6.536)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**57.378**	**51.762**	**3.571**	**-**	**19.469**	**-**	**132.180**
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**57.378**	**51.762**	**3.571**	**-**	**19.469**	**-**	**132.180**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	17.343	17.343
Reserva legal	18 c	-	-	867	-	-	(867)	-
Realização de avaliação patrimonial por depreciação do imobilizado, líquida de efeitos tributários	18 b	-	5.130	-	-	(5.130)	-	-
Transferência para reserva de lucros	18 d	-	16.476	-	-	-	(16.476)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	18 f	-	(15.618)	-	-	-	-	(15.618)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**57.378**	**57.750**	**4.438**	**-**	**14.339**	**-**	**133.905**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R$), exceto o lucro líquido por ação

	Nota	2021	2020
Receita de venda e serviços	19	164.951	140.952
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	20	(94.466)	(77.561)
Lucro bruto		**70.485**	**63.391**
Despesas comerciais	20	(13.308)	(9.728)
Despesas administrativas e gerais	20	(21.891)	(12.352)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	8	838	(545)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	20	1.483	43
Resultado da venda de ativos imobilizados		856	157
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**38.463**	**40.966**
Despesas financeiras	21	(16.892)	(9.274)
Receitas financeiras	21	2.903	1.530
Despesas financeiras líquidas		**(13.989)**	**(7.744)**
Resultado antes dos impostos		**24.474**	**33.222**
Imposto de renda e contribuição social corrente	16 b	(5.673)	(4.628)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16 a	(1.458)	(5.211)
Imposto de renda e contribuição social		**(7.131)**	**(9.839)**
Lucro líquido do exercício		**17.343**	**23.383**
Lucro líquido básico e diluído por ação no final do exercício (em R$)	18 g	**0,30**	**0,41**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em milhares de reais - R$)

	Nota	2021	2020
Receitas			
Vendas de mercadorias, produtos e serviços (líquido das devoluções)	19	182.268	156.644
Outras receitas		2.474	158
(Perda) / Recuperação de valores ativos		(4.363)	68
		180.379	**156.870**
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(9.792)	(9.521)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(39.377)	(22.157)
		(49.169)	**(31.678)**
Valor adicionado bruto		**131.210**	**125.192**
Depreciação e amortização	11	(31.761)	(25.457)
Valor adicionado líquido gerado pela entidade		**99.449**	**99.735**
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	21	2.903	1.530
		2.903	**1.530**
Valor adicionado total a distribuir		**102.352**	**101.265**
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal:			
Remuneração direta		32.576	24.656
Benefícios		5.239	4.874
FGTS		1.940	1.562
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais		16.908	28.501
Estaduais		1.190	909
Municipais		848	741
Remuneração de capitais de terceiros:			
Juros		16.892	9.972
Aluguéis		9.416	6.667
Remuneração de capitais próprios:			
Juros sobre o capital próprio		4.489	3.747
Dividendos		11.129	2.789
Lucros retidos		1.725	16.847
		102.352	**101.265**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em milhares de reais - R$)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	17.343	23.383
Itens a serem ou que podem ser posteriormente reclassificados para o resultado:	**5.130**	**6.049**
Realização da reserva de custo atribuído	7.773	9.165
Tributos sobre a realização da reserva de custo atribuído	(2.643)	(3.116)
Resultado abrangente total do exercício	**22.473**	**29.432**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em milhares de reais - R$)

	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do impostos		**24.474**	**33.222**
Ajustes para:			
Depreciação do imobilizado	11	31.203	24.895
Amortização do intangível		558	562
Baixas de ativos imobilizados	11	8.296	9.304
Provisão de juros com empréstimos e debentures	13b	12.342	8.362
Provisão de juros sobre passivos de arrendamentos	12b	878	538
Perda (redução) esperada do contas a receber	8	(838)	545
Créditos de PIS e COFINS	10a	(11.045)	-
Perda (reversão) com obsolescência de estoques	9	(797)	655
Remensuração de passivo de arrendamento	12b	-	(577)
Reversão para demandas e depósitos judiciais	17	(37)	(269)
Provisão juros de operações de risco sacado	13c	354	-
Variação nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber de clientes		1.557	2.407
Estoques		(4.576)	3.647
Impostos a recuperar		4.675	2.457
Despesas pagas antecipadamente		(3.999)	(989)
Outras contas a receber		(284)	(791)
Depósitos judiciais e cauções	17	(45)	327
Fornecedores		26.808	1.104
Adiantamento de clientes		(766)	(920)
Pagamento de ações judiciais	17	(374)	(718)
Obrigações fiscais e trabalhistas		2.597	2.295
Outros fluxos de caixa de atividades operacionais			
Juros pagos sobre arrendamentos	12b	(878)	(538)
Juros pagos sobre emprestimos	13b	(10.404)	(7.012)
Aquisição de ativos operacionais		(111.978)	(39.571)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(7.700)	(5.417)
Fluxo de caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais		**(39.979)**	**33.518**
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado		(5.121)	(3.975)
Aquisição de intangível		(1.242)	(1.476)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		**(6.363)**	**(5.451)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Pagamentos de dividendos	18f	(15.675)	(6.471)
Captação de empréstimos	13b	60.150	5.000
Captação de operação de risco sacado	13c	6.296	-
Pagamentos de passivos de arrendamentos	12b	(2.769)	(2.564)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	13b	(16.299)	-
Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		**31.703**	**(4.035)**
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**(14.639)**	**24.032**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	7	46.774	22.742
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de Dezembro	7	32.135	46.774

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional: A Tópico Locações de Galpões e Equipamentos para Indústrias S.A. (“Tópico”, ou a “Companhia”) é uma companhia de capital fechado no segmento de soluções de infraestrutura flexível, fabricante das próprias estruturas de aço, lona e zinco. Presta também serviços de montagem, desmontagem e manutenção das estruturas. A Companhia foi constituída em 1979, historicamente fundada para atender a demanda de toldos e coberturas de lona. Ao longo dos anos, especializou-se em estruturas de armazenagem. Em 18 de agosto de 2006, a Companhia tornou-se “Tópico Locações de Galpões e Equipamentos para Indústrias Ltda.”. Em 15 de agosto de 2014 a Companhia transformou-se em sociedade anônima, de capital fechado, quando então passou a ser denominada “Tópico Locações de Galpões e Equipamentos para Indústrias S.A.”. Em 23 de dezembro de 2014, o fundo de private equity Southern Cross Group adquiriu participação de 70% na Tópico através da empresa SCG IVa Holding Ltda. A Companhia tem sede na Avenida Jorge Alfredo Camasmie, número 122, no Bairro Parque Industrial Ramos de Freitas - Lote 20 - Quadra C, na cidade de Embu das Artes, no Estado de São Paulo.

2 Base de preparação - 2.1 Base contábil : As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e que, isoladamente,

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2022 | 22:34:18 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 3F13A38B-035D-4FC0-BDD9-3E8C5442E566

sejam consistentes com aquelas utilizadas pela Administração. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa 5. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2022. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Quaisquer mudanças nas estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos:** Os detalhes dos julgamentos feitos na aplicação das políticas contábeis que têm um efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa 19 –** Reconhecimento da receita: período de satisfação das obrigações de desempenho relacionadas aos contratos com clientes, bem como o preço de transação e a alocação do preço de transação às referidas obrigações de desempenho. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre incertezas nas premissas e estimativas que têm um risco significativo de resultar em ajustes materiais em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 8 –** Mensuração de perdas de crédito esperada para contas a receber de clientes: principais premissas na determinação na taxa média ponderada de perda; • **Nota explicativa 11 –** Ativo imobilizado: determinação da vida útil e teste de redução ao valor recuperável; • **Nota explicativa 16 –** Reconhecimento de tributos correntes e tributos diferidos ativos e passivos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; • **Nota explicativa 17 –** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; • **Nota explicativa 19 –** Reconhecimento da receita: determinação do momento da transferência do controle inerente à prestação de serviço de locação. **c. Mensuração dos valores justos:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valores justos para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período de apresentação no momento que a mudança ocorreu. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa 22 – Instrumentos financeiros.

4 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para alguns instrumentos financeiros mensurados ao valor justo, conforme descrito na nota explicativa 5.

5 Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, a menos que seja indicado de outra forma. **a. Transações em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira, se houver, são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio determinada naquela data. **b. Instrumentos financeiros - *I. Ativos financeiros - (i) Reconhecimento e mensuração inicial:*** Contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido de um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado ("VJR"), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Uma conta a receber de clientes é mensurada inicialmente ao preço da transação. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente:*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: custo amortizado; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é calculado ao custo amortizado se atender às duas condições a seguir e não for designado pelo VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter os ativos para cobrança de fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos ativos financeiros que não são classificados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são mensurados a VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O lucro líquido, incluindo quaisquer juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas ao valor recuperável (*impairment*). A receita de juros, e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento (baixa): A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando ela transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou a Companhia nem controla ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e não retém o controle do ativo financeiro. ***II. Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:*** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***(i) Desreconhecimento (baixa):*** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. ***III. Compensação:*** Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia detém o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***IV. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:*** A Companhia reconhece provisões para perdas de créditos esperadas (PCEs) sobre seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura as provisões para perdas em um valor igual às PCE´s (Provisão para perdas de créditos esperadas) ao longo da vida útil. A Companhia tem uma carteira de aproximadamente 600 clientes, sendo que os mais relevantes, em termos de receita, representam menos de 10% da receita líquida. Considerando a baixa concentração da carteira, a Companhia adota o seguinte critério: com base em um percentual histórico de perdas efetivas da sua carteira, a provisão para perdas esperadas é calculada com base na aplicação de uma taxa média ponderada de perda esperada sobre o valor total do contas a receber. Essa taxa média ponderada de perda esperada é calculada dividindo-se o valor registrado como perda efetiva pela receita líquida anual. Essa taxa de perda esperada é revisada a cada data de apresentação, a menos que intervalos menores sejam necessários. A análise específica para clientes individuais é realizada quando qualquer situação específica for identificada. A provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o ativo financeiro pelo valor contábil bruto, com base na experiência histórica de 12 meses de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera uma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados ainda podem estar sujeitos ao cumprimento da lei, a fim de cumprir os procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **c. Estoques:** Os estoques de matéria-prima, peças e acessórios são avaliados pelo custo de aquisição, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis. Os estoques de produtos acabados são valorizados pelo custo de produção, ajustados ao valor realizável líquido. Os estoques são compostos por matérias-primas nacionais e importadas, acessórios e materiais de consumo na produção. Além disso, quando necessário, uma perda para estoques de giro lento e/ou obsoletos é constituída para refletir o risco de realização desses estoques. **d. Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia determina se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se o contrato transmite um direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia usa a definição de arrendamento contida no CPC 06 (R2) /IFRS 16. ***I. Políticas contábeis -*** *(i) Como arrendatária:* No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizar os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que a Companhia exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração dos passivos de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com a garantia de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. Ele é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento no 'ativo imobilizado' e passivos de arrendamento no balanço patrimonial. **Arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor:** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. *(ii) Como arrendadora:* No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Não existem contratos de arrendamento financeiro em que a Companhia seja arrendadora. Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47/IFRS 15 para alocar a contraprestação no contrato. A Companhia reconhece os arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento, como parte da sua receita operacional. De maneira geral, as políticas contábeis aplicáveis à Companhia como arrendadora no período comparativo não diferem daquelas do CPC 06 (R2) /IFRS 16. Exceto em raras circunstâncias, os produtos da Companhia são personalizáveis para qualquer segmento de clientes, razão pela qual não há um risco significativo associado aos direitos retidos sobre os ativos subjacentes. Uma vez que os contratos de arrendamento forem encerrados, caso não sejam renovados, a Companhia prossegue com a desmontagem e customização do ativo para atender a outros contratos de arrendamento ou vende os ativos. Consequentemente, em função dessas particularidades dos ativos arrendados, não há acordos de recompra, garantia de valor residual ou outro tipo de instrumento utilizado para o gerenciamento desse risco, uma vez que a Administração o considera não significativo. **e. Ativo imobilizado - *(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do ativo imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia para as normas CPCs (IFRS), foi determinada com base em seu valor justo naquela data. Quando partes significativas de um item do ativo imobilizado têm vidas úteis diferentes, elas são registradas como itens separados (componentes principais) do imobilizado. Eventuais ganhos e perdas na alienação de itens do ativo imobilizado são reconhecidos no resultado. ***(ii) Custos subsequentes:*** Os custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. ***(iii) Depreciação:*** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para os períodos corrente e anterior são, aproximadamente, as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Veículos	05 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	05 anos
Equipamentos de segurança	05 anos
Instalações	10 anos
Estruturas	15 anos
Ferramentas	05 anos
Coberturas	11 anos
Porta palets	7 anos
Acessórios e componentes	11 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Ativos de direito de uso	02 a 05 anos

As vidas úteis são revistas e ajustadas apropriadamente, a cada data de apresentação. **f. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques e impostos diferidos), para apurar se há qualquer indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, então, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou unidades geradoras de caixa ("UGC"). O valor recuperável de um ativo ou "UGC" é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos de alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da "UGC". Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado se o valor contábil do ativo ou "UGC" exceder o seu valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **g. Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação atual (legal ou construtiva) que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **h. Provisão para riscos processuais:** A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. A avaliação da probabilidade de perda desses processos inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Atualizada até a data do balanço pelo montante estimado de perda provável, observada a natureza de cada processo e apoiada na opinião do consultor jurídico da Companhia. A natureza da provisão para perdas com processos judiciais está descrita na nota explicativa 17. **i. Dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório só é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária do Conselho de Administração. Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas patrimoniais aplicando-se a variação da taxa de juros de longo prazo (TLP) do período. O pagamento está condicionado à obtenção de lucro no exercício antes da dedução dos juros sobre o capital próprio, ou da retenção de lucros e reserva de lucros. O benefício fiscal das contas de juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado. **j. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício social atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria, se houver. O resultado por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício social atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria, se houver, mais a quantidade de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado. **k. Imposto de renda:** A despesa com imposto de renda compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O encargo de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal. A Companhia determinou que os juros e multas relacionadas ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, são contabilizados de acordo com o CPC25/IAS 37 *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*. ***a. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:*** O imposto de renda e a contribuição previdenciária correntes são calculados à alíquota normal de 15%, mais um adicional de 10% sobre o lucro que exceda R$ 240 para o imposto de renda e 9% sobre a contribuição previdenciária sobre o lucro líquido do exercício e considera a baixa de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável, ajustado de acordo com os critérios estabelecidos pela legislação fiscal em vigor. As despesas com imposto de renda e contribuição para seguridade social compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, a menos que estejam relacionados a uma combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***b. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:*** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de apresentação de demonstrações financeiras e os valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para: • diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; • diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extenção que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e • diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **l. Receita de contratos com clientes:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ou produto ao cliente. As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes decorrem do tipo de operação de serviço ou venda e estão descritas a seguir: ***I. Receita de arrendamento: a)*** *Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativos:* A Companhia arrenda galpões flexíveis, estruturas de armazenamento e coberturas. Os arrendamentos são formalizados por meio de contratos firmados entre a Companhia e seus clientes. Estes contratos determinam os termos e condições inerentes ao arrendamento, estando vigentes a partir da sua celebração, sendo disponibilizados os galpões flexíveis, estruturas de armazenamento e coberturas fica configurado o cumprimento da obrigação de desempenho. O contrato estabelece, entre outras condições: • O preço acordado entre as partes é cobrado em parcelas mensais fixas. O preço inclui os serviços de montagem e desmontagem, uma vez que as parcelas do arrendamento passam a ser cobradas somente após a aceitação pelos clientes, que é formalizada por meio de uma "carta de confirmação de conclusão da obra de montagem do galpão", onde os clientes atestam que as estruturas montadas condizem com o que foi contratado; e • O prazo de vigência dos contratos de arrendamento é em média de vinte meses, com atualização anual pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M). A rescisão do contrato pelo cliente acarreta o pagamento de uma multa de 30% do valor total das parcelas a vencer. No mês subsequente ao início da utilização do galpão, as respectivas notas fiscais são emitidas com o valor mensal acordado contratualmente. A cobrança ocorre por meio de depósitos bancários e/ou cobrança bancária. ***b) Reconhecimento da receita de acordo com o CPC 06/IFRS 16:*** A receita é reconhecida ao longo do tempo de utilização dos bens arrendados: galpões flexíveis, estruturas de armazenamento e coberturas. O valor da receita a ser reconhecido é formalizado por meio de contratos de arrendamento que são cobrados mensalmente, de acordo com os prazos de locação acordados contratualmente. ***II. Receita da venda de galpões e peças: a)*** *Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas:* Os clientes obtêm controle dos galpões flexíveis, estruturas de armazenamento e coberturas quando os produtos são entregues e aceitos pelo cliente. Nesse momento, as notas fiscais correspondentes são emitidas. A cobrança ocorre por meio de depósitos bancários e/ou cobrança bancária. Os contratos segregam os preços de produtos e os serviços de montagem, uma vez que as obrigações de desempenho são cumpridas separadamente, ou seja, quando os produtos e suas estruturas são entregues. Os "aceites" dos clientes são formalizados quando os mesmos concordam com o recebimento dos produtos. O preço inclui os serviços de montagem, uma vez que a obrigação de desempenho só é cumprida após a aceitação dos clientes, que é formalizada por meio de uma "carta de confirmação", onde os clientes concordam com as estruturas montadas. ***b) Reconhecimento da receita de acordo com o CPC 47/IFRS 15 :*** A receita da venda de galpões flexíveis, estruturas de armazenamento e coberturas é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. Os contratos incluem uma garantia, que é exercível apenas em raras circunstâncias de mau funcionamento dos produtos e, consequentemente, não restringe o reconhecimento da receita. Qualquer outro tipo de personalização ou modificação do produto original é cobrado como um serviço de manutenção. ***III. Receita de serviços: a)*** *Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo termos de pagamento significativos:* A Companhia presta serviços de montagem, desmontagem e manutenção. As vendas de serviços são formalizadas por meio de contratos firmados entre a Companhia e seus clientes, que incluem os valores dos materiais utilizados além da mão de obra aplicada na prestação destes serviços. As notas fiscais são emitidas após a conclusão dos serviços prestados e possuem um vencimento padrão de trinta dias. A cobrança ocorre por meio de depósitos bancários e/ou cobrança bancária. ***b) Reconhecimento da receita de acordo com o CPC 47/IFRS 15:*** A receita é reconhecida ao longo do tempo à medida que os serviços são prestados. Os preços dos serviços são estabelecidos e formalizados em contrato, o qual é reconhecido após a conclusão do serviço prestado contratado pelo cliente. **m. Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia incluem: • Rendimentos sobre o contas a receber; • Receita de atualização monetária de créditos tributários; • Receita com aplicações financeiras; • Despesas de juros sobre empréstimos e debêntures; • Despesas bancárias; • Impostos sobre operações financeiras; • Despesa de juros sobre arrendamento mercantil; A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou • Custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **n. Mensuração ao valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valores justos para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se um ativo ou passivo mensurado ao justo valor tiver um preço de oferta e um preço de venda, a Companhia mensura os ativos e posições longas ao preço cotado e os passivos e posições curtas ao preço de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada. **o. Benefícios a empregados:** Benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidos como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. Um passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **p. Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é exigida pela legislação societária brasileira e pelas políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. A DVA foi elaborada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". A IFRS não requer a apresentação dessa demonstração. Consequentemente, para fins das IFRSs, esta demonstração é apresentada como informação complementar, sem prejuízo das demonstrações financeiras.

6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras: a) Imobilizado – dedução de custos e receitas antes do uso pretendido (alteração ao CPC 27 / IAS 16 "Ativo Imobilizado". Em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022; b) Contratos onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37 - "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes"). As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações foram aplicadas pela primeira vez. Na data de aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. A Companhia determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2021 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor; c) Referência à Estrutura Conceitual - Alteração ao CPC 15 / IFRS 3 "Combinação de Negócios": emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022; d) Revisão anual das normas IFRS 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022: i) IFRS 9 "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros. ii) IFRS 16 "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. e) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante. CPC 26 / IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. ***f) Divulgação das políticas contábeis.(Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2)*:** em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. ***g) Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23 / IAS 8 – "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro"):*** A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. h) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação - Alteração ao CPC 32/IAS 12 "Tributos sobre o Lucro". A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não se espera que as alterações acima tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras na Companhia, e não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras.

7 Caixa e equivalentes de caixa	**2021**	**2020**
Caixa e bancos	1.363	279
Certificados de depósitos bancários (i)	30.772	46.495
Total	**32.135**	**46.774**

(i) Representadas pelos Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), denominadas em reais e remuneradas por taxas variáveis de 94% e 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

8 Contas a receber clientes	**2021**	**2020**
Clientes	24.756	28.376
Perda de crédito esperada (a)	(290)	(3.191)
Total	**24.466**	**25.185**

A tabela abaixo demonstra a composição por idade do contas a receber de clientes:

	2021			**2020**		
	Valor bruto	**Expectativa de perda**	**Valor líquido**	**Valor bruto**	**Expectativa de perda**	**Valor líquido**
A vencer	21.132	(254)	20.878	22.478	(2.528)	19.950
Vencidos:						
Até 30 dias	1.646	(16)	1.630	1.805	(203)	1.602
31 a 60 dias	553	(5)	548	568	(64)	504
61 a 90 dias	281	(3)	278	290	(33)	257
91 a 180 dias	684	(7)	677	395	(44)	351
181 a 360 dias	460	(5)	455	2.840	(319)	2.521
	24.756	**(290)**	**24.466**	**28.376**	**(3.191)**	**25.185**

(a) A despesa de perdas de crédito esperada foi registrada em perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber, os valores creditados na rubrica perdas de créditos esperadas são, em geral, revertidas contra a baixa definitiva do título. A exposição da Companhia a riscos de crédito dos saldos de contas a receber de cliente está divulgada na nota explicativa 22. A movimentação das perdas por redução ao valor recuperável é como segue:

	2021	**2020**
Em 1° de janeiro	**(3.191)**	**(2.646)**
(Adições) reversões de provisão	838	(545)
Baixa efetiva para perdas	2.063	-
Saldo em 31 de dezembro	**(290)**	**(3.191)**

9 Estoques	**2021**	**2020**
Matérias-primas e peças de reposição	17.083	7.084
Materiais indiretos	7.565	2.557
Materiais de uso e consumo	1.502	1.520
Outros estoques	698	383
Total	**26.848**	**11.544**

A provisão para obsolescência é calculada sobre as famílias de produtos identificadas com giro superior a 12 meses e cujos produtos sejam identificados como descontinuados e/ou danificados. O cálculo é feito com base na última entrada no estoque realizada pelo fornecedor, independente do galpão que recebe estes estoques. Quanto maior o período de permanência do item nos estoques da Companhia, maior o percentual de perda estimada por obsolescência. Em 2021 a Companhia reverteu integralmente os valores provisionados de redução dos valores de estoques. (R$ 797 saldo em 2020). A movimentação da perda esperada com obsolescência é demonstrada a seguir:

	2021	**2020**
Em 1° de janeiro	**(797)**	**(142)**
Adições	-	(667)
Reversão	797	12
Saldo em 31 de dezembro	**-**	**(797)**

10 Impostos a recuperar - a. Impostos a recuperar	**2021**	**2020**
ICMS	72	72
IPI	806	808
PIS e COFINS (ii)	8.685	49
INSS a recuperar	241	50
Crédito PIS e COFINS sobre ICMS (i)	1.159	-
Outros impostos a recuperar	-	33
	10.963	**1.012**
Circulante	9.804	1.012
Não circulante	1.159	-
	10.963	**1.012**

b. Imposto de renda e contribuição social a recuperar	**2021**	**2020**
Imposto de renda	-	1.294
Contribuição social	-	260
Total	**-**	**1.554**

O Imposto de renda e a contribuição social a recuperar refere-se a créditos tributários atualizados monetariamente, provenientes de valores apurados pelo método do lucro real anual, bem como de suas estimativas, líquido dos valores provisionados nas apurações do período. ***(i) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.:*** Em 15 de março de 2017 a Companhia entrou com um mandado de segurança objetivando não incluir o ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, e recuperar os valores indevidamente recolhidos, retroagindo os últimos cinco anos, o qual aguarda julgamento. Também em 15 de março de 2017, o STF decidiu em repercussão geral que "O ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS". Em 13 de maio de 2017, foi concedida liminar para autorizar a Companhia a não incluir o ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, contudo como ainda estava pendente de julgamento, por cautela, a Companhia optou por não se valer da decisão liminar. Com decisão favorável em 1ª Instância, a Companhia interpôs recurso de apelação, que foi deferido em 16 de maio de 2019, para suspender os efeitos da decisão no que tange à apuração dos créditos de PIS e da COFINS. Considerando as decisões favoráveis neste processo, em junho de 2019 a Companhia passou a valer-se da liminar, beneficiando-se da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional relacionados ao Recurso Extraordinário nº 574.706, e ratificou o entendimento que a ICMS a ser excluído da base de cálculo dos tributos é aquele destacado em nota fiscal, sendo que para os contribuintes que ingressaram com o processo judicial até 15 de março de 2017 teriam o direito à recuperação dos valores relacionados aos períodos anteriores. Em face desta decisão, e seguindo os requerimentos do CPC 25/IAS 37 no conceito de "praticamente certo" para ativos contingentes a Companhia apurou o crédito tributário com-

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2022 | 22:34:26 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 3F13A38B-035D-4FC0-BDD9-3E8C5442E566

preendido de abril de 2012 a maio de 2019, atualizado até 31 de dezembro de 2021, que soma o montante total de R$ 1.159, sendo R$ 796 de principal e R$ 363 de juros (atualização monetária). ***(ii) Crédito de PIS e COFINS proveniente de insumos da operação:*** Em dezembro de 2021, a Companhia reconheceu créditos de PIS e COFINS referentes a revisão das apurações e EFD Contribuições do período de janeiro a dezembro de 2021. Com base nesta revisão, a Companhia registrou um crédito fiscal referente a adoção do novo critério de insumo firmado pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do recurso especial n. 1.221.170/PR. O montante total do crédito reconhecido é de R$ 9.886, sendo R$ 9.677 de principal e R$ 209 de juros (atualização monetária). Em dezembro de 2021 já houve uma compensação de R$ 1.201, com isso o saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 8.685.

11 Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	2021 Valor contábil líquido	2020 Valor contábil líquido
Máquinas e equipamentos	10%	10.933	(8.785)	2.148	2.514
Estruturas	7%	187.534	(67.032)	120.502	71.412
Coberturas	9%	131.716	(66.593)	65.123	46.192
Acessórios e componentes	8%	31.762	(11.105)	20.657	17.879
Direitos de uso	20%	15.515	(6.490)	9.025	5.715
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	2.938
Outros	4% e 20%	19.429	(9.457)	9.972	6.473
Total		**396.889**	**(169.462)**	**227.427**	**153.123**

	Máquinas e Equipamentos	Estruturas	Coberturas	Acessórios e Componentes	Direito de uso	Imobilizado em Andamento	Outros (i)	Total
Custo em 31 de dezembro de 2020	**10.531**	**131.811**	**108.004**	**26.229**	**8.880**	**2.938**	**16.474**	**304.867**
Adições	480	68.812	36.610	6.556	6.635	-	4.641	123.734
Baixas	(78)	(5.022)	(6.206)	(172)	-	(2.938)	(1.687)	(16.103)
Transferência para estoques	-	(8.067)	(6.691)	(851)	-	-	-	(15.609)
Saldo em 31 de dezembro 2021	**10.933**	**187.534**	**131.717**	**31.762**	**15.515**	**-**	**19.428**	**396.889**

	Máquinas e Equipamentos	Estruturas	Coberturas	Acessórios e Componentes	Direito de uso	Imobilizado em Andamento	Outros (i)	Total
Depreciação acumulada em 31 de dezembro de 2020	**(8.017)**	**(60.399)**	**(61.812)**	**(8.350)**	**(3.165)**	**-**	**(10.001)**	**(151.744)**
Adições	(845)	(11.904)	(10.870)	(3.219)	**(3.325)**	-	(1.040)	(31.203)
Baixas	77	3.126	2.965	54	-	-	1.585	7.807
Transferência para estoques	-	2.144	3.124	410	-	-	-	5.678
Saldo em 31 de dezembro 2021	**(8.785)**	**(67.033)**	**(66.593)**	**(11.105)**	**(6.490)**	**-**	**(9.456)**	**(169.462)**
Valor líquido em 31 de dezembro de 2021	**2.148**	**120.501**	**65.124**	**20.657**	**9.025**	**-**	**9.972**	**227.427**

	Máquinas e Equipamentos	Estruturas	Coberturas	Acessórios e Componentes	Direito de uso	Imobilizado em Andamento	Outros (i)	Total
Custo em 31 de dezembro de 2019	**10.462**	**134.006**	**108.018**	**23.102**	**7.015**	**254**	**15.562**	**298.419**
Adições	69	22.448	13.945	3.178	3.841	2.684	1.222	47.387
Baixas	-	(21.358)	(12.539)	-	(1.976)	-	(310)	(36.183)
Transferência para inventário (venda)	-	(3.285)	(1.420)	(51)	-	-	-	(4.756)
Saldo em 31 de dezembro 2020	**10.531**	**131.811**	**108.004**	**26.229**	**8.880**	**2.938**	**16.474**	**304.867**

	Máquinas e Equipamentos	Estruturas	Coberturas	Acessórios e Componentes	Direito de uso	Imobilizado em Andamento	Outros (i)	Total
Depreciação acumulada em 31 de dezembro de 2019	**(7.132)**	**(69.050)**	**(61.135)**	**(6.611)**	**(1.975)**	**-**	**(9.506)**	**(155.409)**
Adições	(885)	(9.122)	(9.692)	(1.786)	(2.605)	-	(805)	(24.895)
Baixas	-	16.712	8.416	26	1.415	-	310	26.879
Transferência para inventário (venda)	-	1.061	599	21	-	-	-	1.681
Saldo em 31 de dezembro 2020	**(8.017)**	**(60.399)**	**(61.812)**	**(8.350)**	**(3.165)**	**-**	**(10.001)**	**(151.744)**
Valor líquido em 31 de dezembro de 2020	**2.514**	**71.412**	**46.192**	**17.879**	**5.715**	**2.938**	**6.473**	**153.123**

(i) O grupo de Outros é composto por veículos, móveis e utensílios, equipamentos de informática, ferramentas, benfeitorias em imóveis de terceiros e instalações.

a. Baixas de imobilizado: Grande parte das baixas de estruturas e coberturas estão diretamente relacionadas à renovação recorrente do portfólio de produtos da Companhia, que vem experimentando, a partir de 2020, um forte aumento da demanda por estruturas treliçadas de aço, resultando em maiores níveis de baixas de armazéns tubulares, uma vez que estes últimos são remanufaturados ou recuperados para serem utilizados em novos clientes. Atualmente a Companhia produz apenas estruturas treliçadas.

12 Passivo de arrendamento

Rubrica	Encargos	Natureza	Vencimento	2021	2020
Arrendamentos	Taxa média - 100% do CDI + 3,25% a.a./ Taxa de desconto de 10,14% a.a.	Direito de Uso de Imóveis e Veículos	30/04/2025	9.741	5.875
				9.741	**5.875**
Passivo circulante				4.215	1.680
Passivo não circulante				5.526	4.195
Total				**9.741**	**5.875**

A Companhia arrenda imóveis e veículos. Esses arrendamentos geralmente duram de 2 a 5 anos, com opção de renovação automática após este período. Os pagamentos de arrendamentos são reajustados anualmente para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos fornecem pagamentos adicionais de aluguel, que são ajustados anualmente por um Índice de Preços ao Consumidor Brasileiro. As taxas de juros aplicadas foram as mesmas de empréstimos incrementais para cálculo do desconto a valor presente, acrescido do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") de 3,25% a.a.

As informações sobre arrendamentos para os quais a Companhia é a arrendatária estão apresentadas conforme segue:

a. Ativos de direito de uso

	2019	Adições	Baixas	2020	Adições	Baixas	2021
Custo							
Imóveis	5.803	3.841	(1.848)	7.796	873	-	8.669
Veículos	1.212	-	(128)	1.084	5.762	-	6.846
Total	**7.015**	**3.841**	**(1.976)**	**8.880**	**6.635**	**-**	**15.515**
Amortização acumulada							
Imóveis	(1.520)	(2.191)	1.396	(2.315)	(1.814)	-	(4.129)
Veículos	(455)	(414)	19	(850)	(1.511)	-	(2.361)
Total	**(1.975)**	**(2.605)**	**1.415**	**(3.165)**	**(3.325)**	**-**	**(6.490)**
Valor contábil líquido	**5.040**	**1.236**	**(561)**	**5.715**	**3.310**	**-**	**9.025**

b. Passivo de arrendamento	**2021**	**2020**
Saldo em 1º de janeiro	5.875	5.175
Adição (nota explicativa 24)	6.635	3.841
Despesa com juros	878	538
Pagamentos	(2.769)	(2.564)
Juros pagos	(878)	(538)
Ajuste remensuração / contratos (i)	-	(577)
Saldo em 31 de dezembro	**9.741**	**5.875**

(i) Ajuste relacionado à remensuração de contratos de arrendamento. Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2021 apresentam os seguintes cronogramas de vencimentos:

	2021	2020
2022	-	1.592
2023	3.457	1.110
2024	1.647	1.103
2025	422	390
Saldo em 31 de dezembro	**5.526**	**4.195**

c. Valores reconhecidos no resultado	**2021**	**2020**
Amortização (vide nota explicativa 11)	3.325	2.605
Baixa	-	561
Juros sobre arrendamentos	(878)	538
Remensuração	-	(577)

Apresentamos uma tabela a seguir indicando o direito potencial de PIS/COFINS recuperável incluído na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos ajustados a valor presente:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação de arrendamento	11.007	9.741
PIS / COFINS	1.018	901

Na mensuração e remensuração do seu passivo de arrendamento e direito de uso, a administração da Companhia utilizou a metodologia de fluxo de caixa descontado, sem considerar a inflação projetada nos fluxos a serem descontados. Caso a Companhia considerasse a inflação (principalmente o IGP-M) no seu fluxo de caixa, o efeito sobre o direito de uso e passivo de arrendamento seria um acréscimo de aproximadamente R$ 436.

13 Empréstimos e debêntures

a) Composição dos saldos:

Rubrica	Encargos	Natureza	Garantias	Vencimento	31/12/2021	31/12/2020
Debêntures (i)	Taxa média 100% CDI + 3,25%a.a.	Fluxo de caixa	Contas a receber comerciais	15/01/2024	108.268	118.518
Capital de giro (ii)	Taxa média 100% CDI + 4,99% a.a.	Investimento	-	02/10/2025	4.844	5.027
Capital de giro II (iii)	Taxa média 100% CDI + 2,75 % a.a.	Fluxo de caixa	Contas a receber comerciais	28/06/2024	16.689	-
Capital de giro III (iv)	Taxa média 100% CDI + 3,51 % a.a.	Fluxo de caixa	-	02/08/2024	24.370	-
Capital de giro IV (v)	Taxa média 100% CDI + 2,95 % a.a.	Fluxo d ecaixa	eContas a receber comerciais	15/08/2024	15.163	-
Operações de risco sacado (vi)	Taxa média 1,3% a.m.	Fluxo de caixa	-	31/05/2022	6.650	-
					175.984	**123.545**
				Circulante	45.818	12.132
				Não Circulante	130.166	111.413
				Total	**175.984**	**123.545**

b) Movimentação de empréstimos e debêntures:

	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro	**123.545**	**117.195**
Captações	60.150	5.000
Pagamento de principal	(16.299)	-
Pagamento de juros	(10.404)	(7.012)
Juros provisionados	12.342	8.362
Total	**169.334**	**123.545**

c) Movimentação das operações de risco sacado:	**2021**	**2020**
Saldo em 1º de janeiro	**-**	**-**
Captações	6.296	-
Juros provisionados	354	-
Total	**6.650**	-

Em 31 de dezembro de 2021 os montantes totais registrados no passivo somam R$ 175.984 (R$ 169.334 Empréstimos e debêntures e R$ 6.650 Operações de risco sacado). Os montantes de empréstimos e debêntures registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2021 apresentam os seguintes cronogramas de vencimentos:

	2021
2023	60.279
2024	69.492
2025	1.042
(-) Gastos com emissão de dívida	(647)
Total	**130.166**

2ª emissão de debêntures: i) Em 12 de novembro de 2019, a Tópico emitiu 120.000 debêntures em série única no valor nominal unitário de R$ 1.000. As debêntures emitidas não são conversíveis em ações emitidas pela Tópico. O saldo do valor nominal unitário será amortizado semestralmente de forma crescente a partir de 2021, nos meses de maio e novembro, em 10 parcelas consecutivas até 12 de novembro de 2024, conforme termos da escritura de emissão. A taxa de juros dessas debêntures é de CDI + 3,25% a.a. As debêntures possuem como garantia a obrigação de garantir um fluxo constante de recebíveis mínimo (Escrow). A escritura desta debênture contém uma cláusula contratual restritiva (*Covenant*) estabelecendo que ao final de cada exercício o índice financeiro calculado pela razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA deverá ser inferior a 2,50 (dois e meio), e o montante de caixa e aplicações financeiras deverá ser superior a R$ 5.000 (cinco milhões de reais). Na ocorrência de qualquer dos eventos acima a dívida se torna imediatamente vencida. ii) Em 2 de outubro de 2020 a Companhia contraiu uma captação de R$ 5.000 (cinco milhões de reais) junto ao Banco ABC, a título de investimento. Este empréstimo tem carência de doze meses de pagamento de principal, a amortização ocorre mensalmente durante sessenta meses, o contrato é livre de garantias. iii) Em 28 de junho de 2021 a Companhia captou R$ 20.000 (vinte milhões de reais) junto ao Banco Itaú S/A, a título de capital de giro. Este empréstimo possui uma obrigação prevista em contrato, de garantir um fluxo mínimo mensal de R$ 2.000 (dois milhões de reais) decorrentes de recebíveis de aluguéis. O contrato prevê que estes valores não ficam retidos, ou seja, estão disponíveis para utilização de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. Este empréstimo não possui carência, a amortização ocorre mensalmente durante trinta e seis meses. iv) Em 18 de agosto de 2021 a Companhia captou R$ 25.000 (vinte e cinco milhões de reais) junto ao Banco Santander, a título de capital de giro. Este empréstimo tem carência de três meses de pagamento de principal, a amortização ocorre mensalmente durante trinta e seis meses, o contrato é livre de garantias. v) Em 31 de agosto de 2021 a Companhia captou R$ 15.150 (quinze milhões, cento e cinquenta mil reais) junto ao Banco ABC S/A, a título de capital de giro. Este empréstimo possui uma obrigação prevista em contrato, de garantir um fluxo mínimo mensal de R$ 2.272 (dois milhões duzentos e setenta e dois mil reais) decorrentes de recebíveis de aluguéis. O contrato prevê que estes valores não ficam retidos, ou seja, estão disponíveis para utilização de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. Este empréstimo possui carência de doze meses de pagamento de principal, a amortização ocorre mensalmente durante trinta e seis meses. vi) Em 27 de outubro de 2021 a companhia firmou contrato de operação denominada risco sacado com o Banco Daycoval, com o objetivo de alongar o fluxo de pagamentos de fornecedores de matéria-prima. A taxa média cobrada nestas operações é de 1,3% ao mês. Este contrato é livre de garantias e será amortizado no período entre janeiro à maio de 2022. O saldo ao final de dezembro de 2021, considerando a provisão de juros é de R$ 6.650.

14 Fornecedores e outras contas a pagar	**2021**	**2020**
Fornecedores de materiais	18.190	1.505
Fornecedores de serviços e outros	13.648	3.715
Partes relacionadas – (vide nota explicativa 23)	269	79
Total	**32.107**	**5.299**

15 Obrigações fiscais e trabalhistas

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS")	200	22
Imposto de renda e Contribuição Social ("IRPJ e CSLL")	-	1.212
Fundos de Garantia do Tempo de Serviço ("FGTS")	927	550
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	265	191
Outros impostos a recolher	421	333
	142	47
	1.955	**2.355**

a. Imposto de renda e contribuição social a recolher

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda	1.066	-
Contribuição social	473	-
	1.539	**-**

16 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Variações nos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos

	2019	Reconhecidos no resultado	2020	Reconhecidos no resultado	2021
Provisão para ações trabalhistas	378	(184)	194	(85)	109
Perdas de crédito esperadas	348	(5)	343	(244)	99
Provisão de bônus	581	428	1.009	256	1.265
Perdas esperadas com estoques obsoletos / *impairment*	1.186	(190)	996	(996)	-
Outras Provisões	694	(563)	131	(1.214)	(1.083)
Depreciação	3.129	(3.129)	-	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	41.309	(2.129)	39.180	(3.350)	35.830
Imposto diferido – Ágio (i)	2.554	(2.554)	-	-	-
Receita (CPC 47)	-	-	-	1.532	1.532
Imobilizado (Ajuste de avaliação patrimonial)	(13.145)	3.115	(10.030)	2.643	(7.387)
Impostos diferidos líquido ativos (passivos)	**37.034**	**(5.211)**	**31.823**	**(1.458)**	**30.365**

(i) Em 2015, o controle da Companhia foi adquirido pela SCG Iva Holding Ltda., por meio de uma operação de incorporação reversa. A Tópico constituiu sua controladora, resultando na transferência dos ativos da controladora incorporada da Tópico, e, consequentemente, a SCG Iva Holding Ltda. foi extinta. Como o único ativo relevante era o seu investimento na Tópico, esta operação não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, exceto pelo reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no valor de R$ 76.631, decorrentes do ágio dedutível para fins de imposto, que a Tópico realizou até fevereiro de 2020. A Companhia apresenta prejuízos fiscais de exercícios anteriores no valor de R$ 105.382 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 115.308 em 31 de dezembro de 2020). A Administração constitui ativos fiscais diferidos no valor de R$ 35.830 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 39.180 em 31 de dezembro de 2020). Com base nesta estimativa, a Administração acredita que é provável que esses créditos fiscais diferidos sejam realizados até dezembro de 2029. O imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") devem ser compensados da seguinte forma:

Ano Compensar	**2021**
2022	1.503
2023	2.537
2024	3.703
2025	4.558
2026	5.911
2027	6.571
2028	7.191
2029	3.856
	35.830

b. Reconciliação da alíquota efetiva do imposto	**2021**	**2020**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	24.474	33.222
Alíquota oficial de imposto %	-34%	-34%
Imposto de renda e contribuição social calculado pela alíquota oficial	(8.321)	(11.295)
Diferenças permanentes		
Despesas não dedutíveis	(486)	(95)
Receitas não tributáveis	339	40
Depreciação e juros sobre arrendamento indedutíveis	(189)	-
Juros sobre o capital próprio (provisão)	1.526	1.511
	(7.131)	**(9.839)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(5.673)	(4.628)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(1.458)	(5.211)
	(7.131)	**(9.839)**
	-29,1%	**-29,6%**

17 Provisão para demandas judiciais

	2021	2020
Ativo de indenização (a)	900	1.675
Depósitos judiciais	494	501
Provisão de contingências	(1.744)	(2.207)
	(350)	**(31)**

(a) Corresponde ao ativo de indenização originado na aquisição da empresa "Indústria Brasileira de Infláveis Nautika". O contrato inclui cláusulas estabelecendo que os ex-controladores são contratualmente obrigados a indenizar a Companhia pelo resultado das contingências ou incertezas relacionadas a processos trabalhistas, judiciais e administrativos.

i. Movimentações da provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais:

Provisão para contingências	Ativo de indenização	Depósitos judiciais	Provisão passiva	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**2.093**	**788**	**(3.154)**	**(273)**
(Reembolso) / Pagamento	(551)	(327)	718	(160)
(Adições)/Reversões	133	40	229	402
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.675**	**501**	**(2.207)**	**(31)**
(Reembolso) / Pagamento	(523)	45	374	(104)
(Adições)/Reversões	(252)	(52)	89	(215)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**900**	**494**	**(1.744)**	**(350)**

ii. Processos com perdas possíveis: A Companhia, no curso normal de atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Companhia, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. A Companhia é parte em processos tributários, cíveis e trabalhistas em andamento (judiciais e administrativos) com perdas consideradas possíveis pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as quais nenhuma provisão foi constituída. Os valores envolvidos nos litígios são apresentados a seguir:

	Cíveis (iii)	Fiscais (i)	Trabalhistas (ii)	Total
Perdas possíveis em 31 de dezembro de 2020	1.081	9.988	6.700	**17.769**
Perdas possíveis em 31 de dezembro de 2021	1.571	10.446	7.137	**16.903**

(i) A Companhia tomou ciência da lavratura dos autos de infração em 09 de outubro de 2020. Trata-se de processo administrativo decorrente de autos de infração lavrados para a cobrança do IRPJ e da CSLL em 2016, acumulados com juros de mora e multa de ofício qualificada, que teve uma movimentação em 2021 a partir da qual a multa deixou de ser qualificada, pendente de confirmação pelo plenário do CARF, cujo saldo em 2021 foi **R$ 10.446** (R$ 9.988 em 2020). Objeto do auto segundo Termo de Verificação Fiscal, a Tópico teria incorrido em exclusão indevida de amortização de ágio para fins fiscais. Em decorrência da infração acima, a Autoridade Fiscal também realizou ajuste no prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL apurado pela Tópico no ano-base de 2015. A administração, com base na avaliação de seu assessor jurídico externo, julgou o risco como possível. (ii) A Companhia avaliou como perda possível o risco de 21 processos trabalhistas, que estão em fase introdutória e/ou de conhecimento processual, cujo montante de valor de causa atualizado em 2021 é de R$ 7.137 (R$ 6.700 em 31 de dezembro de 2020). Os processos trabalhistas movidos contra a Companhia estão relacionados principalmente a pedidos de pagamento de horas extras, diferenças de comissões e pagamento de adicional de periculosidade. (iii) A Companhia avaliou como perda possível o risco de um processo de natureza cível, cujo polo Ativo é o Ministério Público Federal. Trata-se de Ação Civil Pública que tem por objetivo obrigar a Companhia requerida a abster-se de dar saída à veículos de carga de seus estabelecimentos comerciais ou de terceiros por ela contratados, com excesso de peso, em desacordo com as especificações de carga dos veículos, devendo observar o cumprimento da legislação prevista no Código de Trânsito Brasileiro. O valor atual da ação é de R$ 1.571 (R$ 1.081 em 31 de dezembro de 2020).

18 Patrimônio líquido - a. Capital social: O capital social da Tópico, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R$ 57.378, dividido em 57.377.892 (cinquenta e sete milhões, trezentos e setenta e sete mil, oitocentos e noventa e duas) ações, totalmente subscritas e integralizadas, com a seguinte composição acionária:

Acionistas	Ações	Capital social	Participação
Southern Cross Group	40.164.524	40.165	70,000%
Ricardo Vantini	16.817.350	16.817	29,310%
Odair Benedito L. da Silva	198.009	198	0,345%
Francisco Mesquita Neto	198.009	198	0,345%
Total	**57.377.892**	**57.378**	**100,000%**

b. Ajuste de avaliação patrimonial: Em 2021 a realização de avaliação patrimonial por depreciação de imobilizado, líquida de efeitos tributários foi de R$ 5.130 (R$ 6.049 em 2020). Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de ajuste de avaliação patrimonial de R$ 14.339 (R$ 19.469 em 31 de dezembro de 2020) é representado por: • Reavaliação da vida útil do ativo imobilizado e adoção do custo atribuído (*deemed cost*) promovida pela Tópico em 2009, quando da adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, em linha com os preceitos do ICPC 10 – "Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43", no montante de R$ 3.361 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 4.627 em 31 de dezembro de 2020). • Custo atribuído do ativo imobilizado da Nautika no momento da incorporação dos ativos na Tópico. O ajuste de avaliação patrimonial corresponde a R$ 10.978 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 14.842 em 31 de dezembro de 2020). **c. Reserva legal:** A Tópico constitui reserva legal de 5% do lucro líquido ao ano até atingir o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, o valor registrado era de R$ 4.438 (R$ 3.571 em 31 de dezembro de 2020). **d. Reserva de lucros:** A reserva de lucros foi destinada aos futuros investimentos e capital de giro. **e. Reserva especial de ágio:** Em 29 de janeiro de 2015, foi celebrada e confirmada a compra de 70% das ações da Tópico pela SCG Iva Holding Ltda. ("SCG Iva"). Em 28 de fevereiro de 2015, a Tópico incorporou, de forma reversa, sua controladora SCG Iva Holding Ltda., consequentemente, a Tópico passou a ser controlada diretamente pela Southern Cross Group, com participação de 70%. O respectivo saldo foi integralmente realizado em fevereiro de 2020. **f. Dividendos pagos:** Nos termos do Estatuto Social, do lucro líquido auferido no exercício, após a compensação dos prejuízos acumulados, 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, até que seu montante atinja 20% do capital social, e 1% serão destinados à distribuição do dividendo mínimo obrigatório. Em 31 de dezembro de 2021, o valor total de R$ 165 foi distribuído como mínimo obrigatório (R$ 222 em 31 de dezembro de 2020). Em 2021 a Companhia pagou dividendos no valor de R$ 15.675 (R$ 6.471 em 2020), aprovados em Assembleia Geral Extraordinária. Adicionalmente, em 2021, a Companhia também aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio no valor líquido de R$ 4.489 (R$ 3.747 em 2020), que foi registrado em reserva de lucros. A movimentação de dividendos e juros sobre o capital próprio é a seguinte:

	2021	2020
Em 1º de janeiro	222	157
Dividendos mínimos obrigatórios	165	222
Juros sobre o capital próprio	4.489	3.747
Dividendos adicionais	10.964	2.567
Pagamento	(15.675)	(6.471)
Saldo em 31 de dezembro	**165**	**222**
Quantidade de ações	57.377.892	57.377.892
Dividendo pago por ação – em R$	**0,27**	**0,11**

g. Resultado por ação: Os lucros e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico são os seguintes:

	2021	2020
Lucro básico e diluído por ação:		
Resultado do exercício	17.343	23.383
Número de ações	57.377.892	57.377.892
Lucro por ação básico - em R$	**0,30**	**0,41**

19 Receita de contratos com clientes: A tabela a seguir apresenta a composição analítica da receita de contratos com clientes das principais linhas de negócios e o momento de reconhecimento da receita.

	2021	2020
Reconhecido de acordo com o CPC 47/IFRS 15		
Produtos transferidos em um momento específico		
Venda de galpão e peças	28.193	17.950
Serviços transferidos ao longo do tempo		
Serviços de manutenção	2.730	2.411
Reconhecido de acordo com o CPC 06 (R2) /IFRS 16		
Outras receitas com clientes		
Arrendamento	151.345	136.283
Receita bruta	**182.268**	**156.644**
Deduções da receita		
Impostos sobre vendas e serviços	(17.317)	(15.692)
Receita líquida total	**164.951**	**140.952**

20 Gastos por natureza: A Companhia apresenta a demonstração do resultado usando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza das despesas estão apresentadas a seguir:

31 de dezembro de 2021	Custos dos produtos e serviços vendidos	Despesas comerciais	Despesas administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais	Total
Consumo de materiais e estoque	(4.853)	-	-	-	(4.853)
Custo da desmobilização de ativo	(9.931)	-	-	-	(9.931)
Perda de inventários	(196)	-	-	-	(196)
Manutenção e outros materiais	(3.734)	(18)	(465)	-	(4.217)
Salários e encargos	(13.388)	(6.089)	(11.102)	-	(30.579)
Aluguéis de imóveis	(54)	-	(247)	-	(301)
Montagem	(5.117)	-	-	-	(5.117)
Depreciação do imobilizado		(30.899)	-	(303)	-
(31.202)					
Amortização do intangível	(558)	-	-	-	(558)
Aluguéis de equipamentos	(9.098)	(199)	-	-	(9.297)
Fretes e carretos	(8.159)	-	-	-	(8.159)
Acomodação e viagens	(7.646)	(412)	(150)	-	(8.208)
Assessoria jurídica e consultoria	(1.695)	(5.459)	(5.798)	-	(12.952)
Serviços de terceiros	(2.361)	(13)	(1.214)	-	(3.588)
Provisão para riscos processuais	(251)	-	(523)	-	(774)
Crédito de PIS e COFINS (nota explicativa 10)	13.068	-	-	796	13.864
Outros	(9.594)	(1.118)	(2.089)	687	(12.114)
Total	**(94.466)**	**(13.308)**	**(21.891)**	**1.483**	**(128.182)**

31 de dezembro de 2020	Custos dos produtos e serviços vendidos	Despesas comerciais	Despesas administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais	Total
Consumo de materiais e estoque	(4.620)	-	-	-	(4.620)
Custo da desmobilização de ativo	(3.075)	-	-	-	(3.075)
Perda de inventários	(3.605)	-	-	-	(3.605)
Manutenção e outros materiais	(2.401)	(47)	(205)	-	(2.653)
Salários e encargos	(13.316)	(5.368)	(9.945)	-	(28.629)
Aluguéis de imóveis	(109)	(12)	(196)	-	(317)
Montagem	(4.358)	-	-	-	(4.358)
Depreciação do imobilizado	(24.390)	(3)	(502)	-	(24.895)
Amortização do intangível	(92)	(1)	(469)	-	(562)
Aluguéis de equipamentos	(6.302)	(203)	-	-	(6.505)
Fretes e carretos	(5.170)	-	-	-	(5.170)
Acomodação e viagens	(4.853)	(511)	-	-	(5.364)
Assessoria jurídica e consultoria	(750)	(1.322)	(312)	-	(2.384)
Serviços de terceiros	(1.639)	(1.759)	-	-	(3.398)
Créditos de PIS e COFINS	2.152	2.152			
Outros	(5.033)	(502)	(723)	43	(6.215)
Total	**(77.561)**	**(9.728)**	**(12.352)**	**43**	**(99.598)**

21 Despesas financeiras líquidas	**2021**	**2020**
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e debêntures (nota explicativa 13)	(12.342)	(8.362)
Juros sobre arrendamento mercantil (nota explicativa 12)	(878)	(538)
Despesas bancárias	(334)	(31)
Impostos sobre operações financeiras	(1.486)	(33)
Outras despesas financeiras	(1.852)	(310)
	(16.892)	**(9.274)**
Receitas financeiras		
Receitas com aplicações financeiras	1.231	1.248
Rendimentos sobre contas a receber	288	148
Atualização monetária de créditos de PIS e COFINS (nota explicativa 10)	572	-
Outras receitas financeiras	812	134
	2.903	**1.530**
Resultado financeiro líquido	**(13.989)**	**(7.744)**

22 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: As transações com instrumentos financeiros estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, outros créditos, empréstimos e debêntures, fornecedores e outras contas a pagar. A Tópico não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Tópico avaliou os seus ativos e passivos financeiros que são apresentados ao custo amortizado. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. **a. Classificação contábil e valores justos:** A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Tópico tinha os seguintes instrumentos financeiros não derivativos. Exceto pelos empréstimos e debêntures, os valores justos dos instrumentos financeiros não apresentaram variações em relação aos saldos contábeis correspondentes.

Classificação dos instrumentos financeiros

	Classificação por categoria	Nota	Hierarquia do valor justo	2021 Saldo contábil	2021 Valor justo	2020 Saldo contábil	2020 Valor justo
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa							
Caixa e bancos	Custo amortizado	7		1.363	1.363	279	279
				1.363	**1.363**	**279**	**279**
Investimentos financeiros							
Certificados de depósitos bancários	Valor justo por meio do resultado	7	Nível 2	30.772	30.772	46.495	46.495
				30.772	**30.772**	**46.495**	**46.495**
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	8		24.466	24.466	25.185	25.185
				24.466	**24.466**	**25.185**	**25.185**
Passivos financeiros							
Fornecedores e outras contas a pagar	Custo amortizado	14		38.757	38.757	5.299	5.299
				38.757	**38.757**	**5.299**	**5.299**
Empréstimos e debêntures	Custo amortizado	13	Nível 2	169.334	172.315	123.545	130.117
				169.334	**182.782**	**123.545**	**130.117**
Passivo de arrendamentos	Custo amortizado	12	Nível 2	9.741	9.741	5.875	5.875
				9.741	**9.741**	**5.875**	**5.875**

O CPC 40 (R1) (IFRS 7) define o valor justo como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou o preço pago para transferir um passivo (preço de saída) no principal mercado, ou no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração, bem como estabelece uma hierarquia de três níveis a serem utilizados para mensuração do valor justo, a saber: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2 - Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3 - Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (insumos não observáveis). As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar todos os ativos e passivos de instrumentos financeiros ao valor justo incluem: • Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; e • Análise de fluxos de caixa

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2022 | 22:34:32 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 3F13A38B-035D-4FC0-BDD9-3E8C5442E566

descontados. **b. Gerenciamento dos riscos financeiros:** A Tópico está exposta a vários riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), conforme descrito a seguir: ***(i) Risco de crédito:*** Esse risco é proveniente da possibilidade de a Companhia não receber os valores decorrentes das prestações de serviços e vendas de produtos que não tem garantias. Para minimizar esse risco, a Administração procura receber valores antecipados. As perdas estimadas com esses clientes quirografários estão integralmente registradas no valor total. Os valores contábeis dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito são:

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	32.135	46.774
Contas a receber de clientes	24.466	25.185
Total	**56.601**	**71.959**

Caixa e equivalentes de caixa: O risco de crédito de saldos em bancos e instituições financeiras é administrado pelo Departamento de Tesouraria de acordo com as diretrizes discutidas pela Diretoria Executiva. Os recursos excedentes são investidos de forma a minimizar a concentração de risco e, portanto, mitigar perdas financeiras em caso de eventual falência de uma contraparte. O período máximo considerado na estimativa da perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. A qualidade e a exposição máxima ao risco de crédito são determinadas apenas no nível nacional ("Br") para equivalentes de caixa, depósitos bancários remunerados e depósitos bancários remunerados restritos, conforme segue:

	2021	2020
Classificação nacional de AAA	32.135	46.774

Contas a receber de clientes: A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. No entanto, a Administração também considera fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de inadimplência. A Diretoria Financeira estabeleceu uma política de crédito na qual novos clientes são analisados individualmente para verificar sua situação financeira antes que a Administração apresente uma proposta de limite de crédito e prazos de pagamento. A revisão realizada pela Companhia inclui classificações externas, se disponíveis, informações de mercado e, em alguns casos, referências bancárias. A Companhia tem clientes inadimplentes e monitora a posição de cada um individualmente, podendo chegar a uma possível interrupção na prestação do serviço. Apesar de a carteira de clientes não apresentar um histórico significativo de inadimplência, a Companhia constitui provisão para perdas esperadas, que considera uma taxa média ponderada de perda esperada, cuja metodologia de cálculo está explicada na Nota 5.b. IV. Essa taxa, em 31 de dezembro de 2021 é de 1% (0,4% em 31 de dezembro de 2020). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber era:

	2021	2020
Contas a receber de clientes	24.466	25.185

A carteira de clientes da Companhia é composta por aproximadamente 600 clientes, nenhum dos quais representa mais de 10% das vendas. Consequentemente, o alto volume de clientes minimiza o risco de impactos significativos provocados pela inadimplência. Adicionalmente, a Companhia limita a exposição ao risco de crédito do contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de um e dois meses para os clientes. ***(ii) Risco de liquidez:*** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia busca manter o nível do seu "Caixa e equivalentes de caixa" e outros investimentos no mercado ativo superior aos desembolsos de caixa para a liquidação de passivos financeiros (exceto para "Fornecedores") para os próximos 60 dias. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando a expectativa de entrada de caixa, e de caixa e equivalentes de caixa, esperada. Além disso, a política de gestão de liquidez da Companhia envolve a projeção de desembolsos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para atingir essas projeções e a manutenção dos planos de financiamento da dívida. Isso exclui o impacto potencial de situações extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. Os vencimentos contratuais dos passivos financeiros, pela posição líquida em 31 de dezembro de 2021, são apresentados abaixo:

	Nota	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 06 meses	06–12 meses	01–02 anos	02–05 Anos
Empréstimo de mútuo e debêntures	13	(169.334)	(209.046)	(24.032)	(32.460)	(151.446)	(1.108)
Passivo de arrendamentos	12	(9.741)	(12.274)	(3.065)	(2.652)	(4.227)	(2.330)
Fornecedores e outras contas a pagar	14	(38.757)	(38.757)	(38.757)	-	-	-
Total		**(217.832)**	**(260.077)**	**(65.854)**	**(35.112)**	**(155.673)**	**(3.438)**

Conforme divulgado na Nota 13, a Companhia tem empréstimos quirografários que incluem cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento dessas cláusulas pode exigir que a Companhia liquide essas operações antes da data indicada na tabela acima. Essas cláusulas contratuais são monitoradas regularmente pelo Departamento de Tesouraria e reportadas periodicamente à Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Os pagamentos de juros sobre empréstimos e debêntures incluídos na tabela acima incluem as taxas de juros de mercado futuras na data do balanço e esses valores podem mudar na medida em que as taxas de juros pós-fixadas mudem. Os fluxos de caixa incluídos na análise acima podem ocorrer significativamente mais cedo ou em valores significativamente diferentes. ***(iii) Risco de mercado:*** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de juros e preços de ações – irão afetar a receita da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de riscos de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. *Risco de taxas de juros:* O risco de taxa de juros é o risco de a Companhia incorrer em perdas econômicas em função de mudanças adversas nas taxas de juros, que podem ser causadas por fatores relacionados a crises econômicas e mudanças na política monetária do mercado interno e externo. Essa exposição refere-se principalmente a variações nas taxas de juros de mercado que afetam os ativos e passivos da Companhia indexados ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). A Administração da Companhia não restringe a exposição a diferentes taxas de juros e não estabelece limites entre taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. A Administração da Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado visando avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de hedge para se proteger contra a volatilidade dessas taxas. A Administração da Companhia realizou uma análise de sensibilidade de acordo com o CPC 40 (R1) IFRS 7, visando demonstrar o impacto da variação das taxas de juros sobre seus ativos e passivos financeiros, considerando as seguintes taxas de juros para os próximos 12 meses: • CDI de 11,61% a.a., com base na curva de juros futura (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão); Segue abaixo um quadro com os respectivos impactos no resultado financeiro, considerando o cenário provável (Cenário I), com aumentos de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

Em 31 de dezembro de 2021						
Transações	**Exposição**	**Risco**	**Probabilidade da taxa média**	**Cenário 1**	**Cenário 2 deterioções de 25%**	**Cenário 3 deterioções de 50%**
				(i)	(i)	(i)
Instrumentos financeiros	30.772	acréscimo do CDI	11,61%	3.573	4.466	5.359
Debêntures	(108.268)	acréscimo do CDI	11,61%	(12.570)	(15.712)	(18.855)
Empréstimos (capital de giro)	(61.066)	acréscimo do CDI	11,61%	(7.090)	(8.862)	(10.635)
Variação de exposição (fluxo de caixa líquido)	**(138.562)**			**(16.087)**	**(20.109)**	**(24.131)**

(i) Corresponde ao impacto anual (ou seja, próximos 12 meses de juros), que afetaria o resultado e o patrimônio líquido se a mudança já tivesse ocorrido em 31 de dezembro de 2021 e se não houvesse impacto nos demais fatores.

23 Partes relacionadas - a. Transações entre partes relacionadas	**2021**	**2020**
Outras contas a receber		
Ativo de indenização (i) (nota explicativa 17)	900	1.675
	900	1.675
Total de ativos com partes relacionadas	**900**	**1.675**
Outras contas a pagar		
Ricardo Vantini (ii)	(269)	(79)
	(269)	(79)
Total de passivos com partes relacionadas	**(269)**	**(79)**

(i) Ativo de indenização: O montante de R$ 900 de outras contas a receber no longo prazo em 31 de dezembro de 2021 (R$ 1.675 em 31 de dezembro de 2020), refere-se a contas a receber, previsto no acordo dos acionistas, com o objetivo do reembolso de ações cíveis, trabalhistas ou fiscais que são de responsabilidade dos antigos acionistas. (ii) Valores devidos ao Sr. Ricardo Vantini relativos a recebimentos recentes de recebíveis que estavam vencidos desde a época em que o Sr. Vantini era o controlador da Companhia. Esses reembolsos são acordados no Acordo de Acionistas. **Remuneração do pessoal chave da administração:** A Companhia considera que seus diretores estatutários compõem o pessoal-chave da administração, os quais receberam os benefícios de curto prazo compostos por pró-labore e contribuições para a previdência social, conforme abaixo:

	2021	2020
Pro-Labore e contribuições sociais	2.994	2.488
Bônus	1.034	689
	4.028	**3.177**

24 Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa: A tabela a seguir apresenta as informações adicionais sobre transações relacionadas à demonstração dos fluxos de caixa:

Itens não caixa	**2021**	**2020**
Adição de arrendamento por contrato de direito de uso	6.635	3.841

25 Informações por segmento: As informações por segmento são apresentadas em relação aos negócios da Companhia, que foram identificados a partir da estrutura de gestão e informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Companhia. Os resultados por segmento, bem como os ativos e passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os negócios da Companhia foram divididos em dois segmentos operacionais: a) Venda de galpões e peças, que também inclui atividades de montagem e manutenção. b) Arrendamento de galpões flexíveis, estruturas de armazenamento e coberturas, que também inclui atividades de montagem, desmontagem e manutenção. Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita operacional líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	Segmentos Reportáveis					
	Vendas de galpões e peças		**Arrendamento, instalação e desmontagem de galpões flexíveis**		**Total**	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Receita Líquida de Vendas	25.514	13.212	139.437	127.740	164.951	140.952
Custo de Vendas	(14.612)	(6.276)	(79.854)	(71.285)	(94.466)	(77.561)
Lucro bruto	**10.902**	**6.936**	**59.583**	**56.455**	**- 70.485**	**63.391**
Despesas gerais, comerciais e administrativas	(5.315)	(2.309)	(29.046)	(19.771)	(34.361)	(22.080)
Outras receitas	362	(37)	1.977	(308)	2.339	(345)
Lucro operacional antes das receitas e custos financeiros e impostos	**5.949**	**4.590**	**32.514**	**36.376**	**38.463**	**40.966**
Despesas financeiras	(2.613)	(1.063)	(14.279)	(8.211)	(16.892)	(9.274)
Receitas financeiras	449	175	2.454	1.355	2.903	1.530
Lucro antes dos impostos	**3.785**	**3.703**	**20.689**	**29.519**	**24.474**	**33.222**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.103)	(1.127)	(6.028)	(8.712)	(7.131)	(9.839)
Lucro Líquido	**2.682**	**2.575**	**14.661**	**20.808**	**17.343**	**23.383**
	2021	**2020**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Ativos dos segmentos reportáveis	**56.621**	**26.268**	**309.434**	**252.437**	**366.055**	**278.705**
Passivos dos segmentos reportáveis	**35.909**	**16.790**	**196.241**	**129.735**	**232.150**	**146.525**

Conselho de Administração

Gustavo Pereira de Freitas Santos
Raúl Francisco Sotomayor Valenzuela
Ricardo Vantini
Francisco Mesquita Neto
Sebastian Agustin Villa
Juan Jorge Eduardo Oxenford

Diretoria Estatutária

Arthur Lavieri
Cássio Lucato Castardelli
Sergio Gallucci Parisi

Contador : Renato Livramento Remédio - CRC 1SP205882/O-1

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Tópico Locações de Galpões e Equipamentos para Indústrias S.A.** - Embu das Artes -SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Tópico Locações de Galpões e Equipamentos para Indústrias S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Tópico Locações de Galpões e Equipamentos para Indústrias S.A. (Companhia) em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos Veja notas explicativas 5k.b e 16 das demonstrações financeiras Principais assuntos de auditoria A Companhia possui registrado no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2021 saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R$ 30.365, decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição e diferenças temporárias, que foram considerados pela Companhia como recuperáveis com base em estudo técnico realizado por meio de projeção de geração de lucros tributáveis futuros. Na determinação dos lucros tributáveis futuros, a Companhia utiliza-se de certas premissas, tais como estimativas de receitas de locações, custo de produção, despesas de depreciação, receitas e despesas financeiras, informações de projeções macroeconômicas e dados históricos as quais fundamentam as expectativas de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos nos próximos exercícios. Devido as incertezas inerentes ao processo de determinação dessas estimativas, que são a base para a avaliação do valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e, consequentemente, as demonstrações financeiras como um todo, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria. Como auditoria endereçou esse assunto Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Avaliação, com auxílio de nossos especialistas da área tributária, da natureza das diferenças temporárias existentes à luz da legislação fiscal vigente; • Ainda com o apoio desses especialistas, avaliação das bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos; Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras de acordo com as normas aplicáveis; • Comparação das projeções de lucro tributável preparadas pela Administração com os resultados efetivos auferidos pela Companhia, contemplando tanto o exercício atual, quanto retrospectivos, de maneira a avaliar a assertividade da Administração em relação às previsões de seus resultados tributáveis; e • Análise da razoabilidade das principais premissas utilizadas pela Administração em seu estudo de realização dos tributos diferidos. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, no decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes não materiais que afetaram a mensuração e a divulgação do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, bem como as divulgações relacionadas, os quais não foram registrados e divulgados pela administração. Consideramos aceitáveis o saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP014428/O-6

Juliana Leonam de Araujo Braga - Contadora CRC 1SP-251062/O-5

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2022 | 22:34:38 BRT
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/